

SEDIÇÕES, HAITIANISMO E CONEXÕES NO BRASIL ESCRAVISTA

OUTRAS MARGENS DO ATLÂNTICO NEGRO

Carlos Eugênio Soares e Flávio Gomes¹

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o movimento transatlântico de circulação de idéias e experiências libertárias em torno de eventos de sedições, rumores de insurreições escravas e imagens de "haitianismo" no Brasil escravista. Com base em pesquisas arquivísticas em acervos diversos, em hipóteses históricas e em estudos recentes sobre o tema, aborda-se numa perspectiva internacionalista o agenciamento de escravos, africanos, libertos, crioulos, marinheiros e outros setores sociais na construção e disseminação das idéias de liberdade.

Palavras-chave: haitianismo; Brasil escravista; sedição; Atlântico negro.

SUMMARY

This article deals with the transatlantic movement of idea circulation and libertarian experiences on events as seditions, slave insurrection rumors and images of "haitianism" in Brazil during slavery times. Based on researches in various archives, on historical hypotheses and on recent studies on the subject, the authors explores in an internationalist perspective the agency of slaves, Africans, freedmen, *crioulos*, sailors and other social sectors in the construction and spread of freedom ideas.

Keywords: haitianism; slavery in Brazil; sedition; Black Atlantic.

Cena 1: início de noite, Rio de Janeiro, 1812. João Thompson e Pedro Cabrete, pretos forros norte-americanos, são presos na rua do Sabão, envolvidos em luta corporal. Ao relatar o incidente, o escrivão de polícia anotou "capoeiras", depois riscou e corrigiu: "pancadas". *Cena 2:* uma madrugada de 1823 em Belém do Pará. Um pequeno negociante clama providências à polícia local: seus escravos escafederam-se e um deles procurou refúgio na casa do cônsul britânico, que era acusado de promover "súcias", reunindo negros fujões. Houve pronto repúdio à denúncia: o suposto escravo fugido era na verdade Mr. Gray, um oficial negro da marinha inglesa que havia sido capturado "por engano" em Serra Leoa. *Cena 3:* em agosto de 1881 a polícia do Rio de Janeiro prende oito marinheiros estrangeiros por "desordem". Eram quatro africanos de Cabo Verde, dois negros norte-americanos e dois ingleses. *Cena 4:* entusiasmado com os debates políticos em torno da Abolição nos parlamentos e nas ruas e com a movimentação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, André Rebouças falaria, em 1883, da criação de um fundo destinado à propaganda abolicionista, com livros e panfletos.

(1) Os autores agradecem as sugestões de Olívia Gomes da Cunha.

Propunha a tradução e a "edição popular" da autobiografia de Frederick Douglass, vendendo-a barato e espalhando-a "por todo o Brasil".

Aparentemente desconexas, tais cenas permitem refletir sobre personagens transatlânticas que teriam articulado complexas experiências e visões da liberdade e da escravidão negras, ligando Europa, América e África entre os séculos XVI e XIX. Durante a escravidão no Brasil e em outras partes da América, africanos e seus descendentes não viviam isolados do mundo das idéias políticas. Em vários contextos deram provas de conhecer e avaliar a conjuntura à sua volta, usando-a em seu proveito. É possível rastrear pistas e seguir indícios sobre a circulação de idéias, os contatos pontuais e as percepções próprias dessas personagens em torno do que acontecia no cenário internacional — na África ou na América, em conflitos e motins em cidades européias ou em rebeliões escravas no Caribe —, atravessando o Atlântico nos dois sentidos.

Essa a aventura analítica recentemente empreendida por Paul Gilroy, que a partir da idéia-força (e também categoria) "Atlântico negro" investe nas formas geopolíticas e geoculturais para interpretar, sob uma perspectiva transnacional e intercultural, a gestação das culturas negras na diáspora². Em vários locais e ao mesmo tempo, essas culturas compartilhavam e construíam diferenças e semelhanças, assumindo afinidades translocais e planetárias, "mais fluidas e menos fixas". Para Peter Linebaugh, há "eventos profundos e hemisféricos que se originam abaixo da superfície das coisas e que não estão confinados a qualquer nação em particular, surgindo sim de todos os quatro cantos do Atlântico"³.

Neste artigo seguem-se pistas de pesquisas arquivísticas em acervos diversos, de hipóteses históricas e de instigantes reflexões recentes sobre os contatos e experiências de cooperação entre escravos e libertos de diversas origens em *plantations*, cidades e navios, cujas tradições de luta ampliaram-se no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII. Nosso roteiro de análise percorre no Brasil escravista a *agency* de escravos, libertos e outros setores sociais transatlânticos, os temores de senhores e autoridades quanto ao "contágio" de idéias libertárias entre os escravos, as possibilidades destes de perceber e produzir culturas políticas, bem como as rotas de conexões daquelas idéias envolvendo marinheiros estrangeiros.

Bumeranges nas fronteiras transnacionais

No Brasil, diversos episódios demonstram de forma inequívoca que escravos e libertos, atentos à conjuntura internacional à sua volta, avaliavam a "grande política" e a partir dela mantinham expectativas e empreendiam ações, provocando temor entre senhores e autoridades em variados locais e circunstâncias.

Durante as últimas décadas do século XVIII, nas fronteiras coloniais entre a capitania do Grão-Pará e a Guiana Francesa, tais temores assumiram

(2) Gilroy, Paul. *Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2000, esp. cap. 1.

(3) Linebaugh, Peter. "Todas as montanhas atlânticas estremeceram". *Revista Brasileira de História* (São Paulo), nº 6, 1983-84, pp. 7-46.

dimensões peculiares. As autoridades coloniais portuguesas da região recebavam o impacto entre os escravos das notícias de abolicionismo nas colônias francesas e, mais tarde, na Venezuela⁴. Ali pululavam mocambeiros e temia-se que os escravos fugissem dos domínios portugueses rumo aos limites daquela região de fronteiras, cercada por interesses ingleses, franceses, holandeses e espanhóis. As autoridades sobressaltavam-se com a possibilidade de que os cativos entrassem em contato com "idéias perigosas" que chegavam da Europa e do Caribe por meio de Caiena, referentes sobretudo à Revolução Francesa, à Revolução de São Domingos e às revoltas escravas na Jamaica e nas Guianas. Denunciavam ainda que escravos fugiam para Caiena e ali encontravam proteção de comerciantes e autoridades francesas.

Em carta ao rei datada de 8 de junho de 1795, o governador do Grão-Pará, Souza Coutinho, alertava que havia "negros fugidos transitando até as campinas de Macapá sem dificuldade", "comunicação" essa que seria "indispensável prevenir", destacando-se barcos e montarias para vigiar as fronteiras, visto que a incidência de fugas, que "em outro tempo" já era grande, tinha aumentado "agora que em Caiena vão [os escravos fugidos] obter liberdade"⁵. Em fins de 1794 um comandante militar do Macapá se declarara apreensivo com o que os "franceses têm praticado nas suas ilhas a respeito dos escravos", e àquela região de fronteiras facilmente chegavam notícias dos conflitos envolvendo as metrópoles, por meio de "gazetas que chegam da Europa, e até mesmos os escravos as não ignoram"⁶. Em 1796 o governador escreveria ao vice-rei relatando que, embora pouco acreditasse numa invasão dos franceses em terras lusitanas em razão da insubordinação escrava que ocorria naquela colônia inimiga, por precaução mandaria vigiar os navios vindos de Caiena e aqueles que navegavam o rio Cassipure⁷.

Embarcações estrangeiras, sobretudo francesas, adentravam o território brasileiro para perseguir fugitivos. Em 1798 foi acompanhada de grande tensão a chegada ao Pará de duas embarcações provenientes de Caiena com o objetivo de capturar negros foragidos que se encontrariam ali refugiados. Em 1795 correria a suspeita da presença dos franceses Du Gremoullier e Sahut próximo ao Oiapoque, temendo-se que eles, assim como outros que cruzavam a região vindos da Guiana Francesa, agitassem a massa escrava do Grão-Pará. prontamente determinaram-se investigações para verificar se traziam livros, manuscritos ou folhetos⁸. As autoridades recebavam que os cativos, "contagiados" pelas "idéias de liberdade" advindas da Europa mediante comunicações com as colônias estrangeiras, viessem a articular uma grande revolta, a exemplo do que ocorrera no Haiti. Assim relataria à época o comandante militar de Araguari: "Pelo que respeita à alforria dos escravos em Caiena, já eu tinha espalhado ser engano que os franceses fazem o mesmo aos pretos", mas "para que lhes não fujam e os tenham por esta forma mais seguros para o serviço de suas lavouras, [...] conservo dúvidas da dita liberdade"⁹.

Pode-se então cogitar de que modo escravos, fugitivos e desertores perceberam as novas idéias, fizeram-nas circular e agenciaram politicamente os medos de senhores e autoridades, sem necessariamente precisar do

(4) Cf. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. "A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará". In: Cunha, José Carlos C. da (org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: Unamaz/UFPA, 1992, pp. 35-40; Reis, Arthur Cezar F. "Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos". *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro), vol. 235, 1957, pp. 3-84.

(5) Apud Reis, Arthur Cezar F. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 241.

(6) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, códice arq. 1,1,4.

(7) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Ultramarino, vol. 4, fls. 184, 184v e 185, ofício de 03/04/1796.

(8) Cf. Gomes, Flávio dos Santos. "Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial". *Anais do Arquivo Público do Pará* (Belém), vol. 2, tomo 1, 1996, pp. 125-152.

(9) Ofício de 16/01/1794, apud Vergolino-Henry, Anaíza e Figueiredo, Arthur N. *A presença africana na Amazônia colonial. Uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, pp. 109-110.

"ideário revolucionário" advindo da Europa ou do brado de abolicionistas estrangeiros para implementar suas estratégias de resistência. Buscando escapar de seus alçozes, escravos fugitivos atravessavam matas, cachoeiras, florestas, rios, morros e igarapés, passando para outras colônias ou estabelecendo mocambos nas regiões de fronteira. Contavam com a ajuda de cativos das plantações, vendeiros, índios, vaqueiros, camponeses, soldados desertores tanto da Guiana Francesa como do Grão-Pará. Mediante esse fluxo e refluxo constante, os negros — fossem escravos fugidos, libertos ou cativos — não só promoviam comércio clandestino e conseguiam proteção: criavam um campo de contato, cooperação e troca de idéias em torno da liberdade.

A historiografia tem discutido as possíveis relações entre a tradição da *maroonage* (grupos de escravos fugidos) e a rebelião no Haiti, iniciada em 1791. Vários fatores teriam contribuído para o desenvolvimento do foco daquela singular insurreição: a existência de uma forte rede de comunicação entre os escravos de diferentes plantações e origens étnicas; a formação paulatina de uma "consciência revolucionária" entre os escravos, seja por meio da propaganda política (inclusive européia), seja em razão dos aspectos religiosos da cultura africana readaptada (o culto do vodu); e, não menos importante, o caráter "contagioso" das atividades de guerrilha dos quilombolas locais. A tradição *maroon* de luta pela liberdade e pela posse da terra foi constantemente reelaborada ao longo do século XVIII, permanecendo profundamente enraizada no imaginário coletivo dos cativos de São Domingos. As idéias revolucionárias da Europa podiam vir também por essa via, pois antes de eclodirem as revoltas escravas havia notícias de *maroons* que sabiam ler e escrever e até mesmo teriam estado na França como cativos. Além disso, vários soldados negros desertores do exército francês se refugiavam nas florestas e se misturavam com eles¹⁰.

Quando da abolição da escravidão em Portugal, decretada por Pombal em setembro de 1761, os escravos no Brasil ficaram agitados, acreditando que a lei poderia ser estendida às colônias. Segundo Stuart Schwartz, as "reformas portuguesas e os eventos europeus não passavam despercebidos a escravos e forros". Na verdade, tanto eles distinguiam "claramente a conexão lógica entre sua situação e as mudanças em curso na Europa" como senhores e autoridades coloniais e metropolitanas "não foram menos perceptivos, conscientizando-se das implicações e 'calamitosas conseqüências' implícitas na difusão das notícias"¹¹.

Vários autores têm destacado que a movimentação dos escravos nas Américas no final do século XVIII esteve ligada à propaganda revolucionária proveniente da Europa¹². Com efeito, diversas insurreições escravas eclodiram nessa conjuntura: além da Revolução do Haiti (1791-1804), ocorreram rebeliões em Guadalupe e Santa Lúcia (1794), Cuba e Venezuela (1795). Receosas de levantes, as autoridades coloniais acompanhavam de perto essas eclosões ou mesmo os rumores sobre elas. Em Porto Rico, com uma tradição de *maroonage* desde o século XVII, os fazendeiros aventavam que a tentativa de insurreição dos escravos de Aguadilla, em 1795, estivesse vinculada aos acontecimentos do Haiti¹³. Na Jamaica, quando ocorreu a

(10) Cf. Manigat, Leslie F. "The relationship between maroonage and slave revolts and Revolution in St. Domingue-Haiti". In: Rubin, Vera e Tuden, Arthur (orgs.). *Comparative perspectives on slavery in New World plantation societies*. Nova York: New York Academy of Sciences, 1993, pp. 420-438; Geggus, David P. *Slave resistance studies and the Saint-Domingue slave revolt*. Flórida: Florida University Press, 1993 (Occasional Papers Series).

(11) Schwartz, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 384 e 449.

(12) Cf. Jancsó, István. "A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII". In: Mello e Souza, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil* — vol. 1: "Cotidiano e vida privada na América portuguesa". São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 387-438; Morel, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001, pp. 55-73; Mota, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis: Vozes, 1979; Tavares, Luís Henrique D. "Escravos no 1798". In: *Anais... XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1991, pp. 167-179.

(13) Cf. Baralt, Guillermo A. *Eslavos rebeldes. Conspiraciones y sublevaciones de esclavos en Puerto Rico (1795-1873)*. Porto Rico: Hurucan, 1981, pp. 13-20; Moscoso, Francisco. "Formas de resistência de los esclavos en Puerto Rico — siglos XVI-XVIII". *América Negra*, n° 10, 1995, pp. 31-48.

(14) Cf. Sheridan, Richard B. "The Maroon of Jamaica, 1730-183: livelihood, demography and health". *Slavery & Abolition*, vol. 6, nº 3, dez. 1985, pp. 152-172.

(15) Cf. Blackburn, Robin. "Revolutionary emancipationism and the birth of Haiti". In: *The overthrow of colonial slavery*. Nova York: Verso, 1987.

(16) Cf. Curtin, Philip. "The Declaration of the Rights of Man in Saint-Domingue, 1788-91". *Hispanic American Historical Review*, vol. XX, nº 2, maio/1950, pp. 160, 170-171 ss.; Frey, Sylvia R. "Between slavery and freedom: Virginia blacks in the American Revolution". *The Journal of Southern History*, vol. XLIX, nº 3, 1983, pp. 388 ss.; Wood, Peter. "The dream deferred: black freedom struggles on the eve of white independence". In: Okihiro, Gary G. *Resistance studies in African, Caribbean and Afro-American history*. Massachusetts: The University of Massachusetts Press, 1986, pp. 166-187; Scott, Julius Sh. *The common wind: currents of Afro-American communication in the era of the Haitian Revolution*. Duke: dissertação de PhD, Duke University, 1986, pp. 118-119 ss.

(17) Cf. Acevedo Marin, op. cit.

(18) Geggus, David. "The enigma of Jamaica in the 1790: new light in the causes of slave rebellions". *William and Mary Quarterly*, vol. 44, nº 2, 1987, pp. 274-299. Ver ainda Beckles, Hilary McD. "Emancipation by law or war? Wilberforce and the 1816 Barbados slave rebellion". In: Richardson, David. *Abolition and its aftermath. The historical context, 1790-1916*. Londres: University of Hull/Frank Cass, 1985, pp. 80-104.

(19) Genovese, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos nas Américas*. São Paulo: Global, 1983. Alguns dos seus argumentos foram defendidos posteriormente em Paquette, Robert L. "Social history update: slave resistance and social history". *Journal of Social History*, 1991, pp. 681-685.

(20) Drescher, Seymour. *Capitalism and antislavery. British mobilization in comparative perspective*. Nova York: Oxford University Press, 1997.

segunda guerra *maroon* em Trelawny (1797), as autoridades coloniais britânicas temiam que agentes franceses entrassem em contato com os *maroons* e lhes inoculassem "doutrinas revolucionárias", principalmente aquelas relacionadas aos fatos ocorridos no Haiti anos antes¹⁴. Noticiava-se no Haiti que documentos e decretos republicanos franceses haviam sido traduzidos em espanhol, português, holandês e inglês e introduzidos clandestinamente em todas as partes do Caribe, influenciando guerrilhas de grupos de escravos fugidos¹⁵. A própria Declaração dos Direitos do Homem norte-americana teve impacto em São Domingos, alcançando os escravos e a população negra livre no final da década de 1780. Também houve repercussões da Guerra de Independência dos Estados Unidos, com o surgimento de rumores sobre revoltas escravas, aumento das fugas e deserção de soldados negros¹⁶.

Na Amazônia temeu-se igualmente o "contágio revolucionário" vindo da França, o que suscitou uma militarização acelerada em áreas de fronteira, visto haver litígios territoriais com a Guiana Francesa¹⁷. No Grão-Pará, nas primeiras décadas do século XIX, às voltas com a revolta popular da Cabanagem, as fronteiras passariam a oferecer perigo ainda maior, pois escravos haviam passado para a "República Peruana". Receou-se ainda a influência entre os escravos de uma agitação abolicionista na Venezuela (1846). Notícias sobre a Abolição no Caribe inglês (1832) e principalmente nas colônias francesas (1848) eram publicadas na imprensa e alarmavam autoridades brasileiras.

Enquanto alguns autores exploram apenas o "contágio" das idéias de liberdade entre os escravos ou a incorporação delas por algumas lideranças políticas, outros têm ressaltado a lógica da recepção e circulação dessas idéias, que podiam ter várias interpretações conforme os diversos atores que as percebiam: cativos, quilombolas, homens livres, soldados, oficiais metropolitanos, marinheiros, mestiços, índios e outros tantos. Também os roteiros de sua circulação podiam ser diversos.

Partindo do caso das rebeliões escravas jamaicanas nos últimos anos do século XVIII, David Geggus destaca as perspectivas internas, a correlação de forças, a conjuntura político-econômica, o impacto demográfico e a percepção da massa escrava das Américas no entendimento das causas das rebeliões¹⁸. Eugene Genovese postula que no final do século XVIII as revoltas escravas das Américas, influenciadas pela "onda revolucionária burguesa-democrática" da Europa, adquiriam novos conteúdos políticos, distanciando-se assim do "caráter puramente restauracionista" africano das rebeliões anteriores¹⁹. Seymour Drescher argumenta sobre a possibilidade de abordar as mudanças nas estratégias de enfrentamento dos cativos não só a partir da conjuntura econômica interna e das influências ideológicas externas, mas fundamentalmente mediante o exame dos significados políticos que eles conferiam às suas ações²⁰. Ao relacionar a resistência dos cativos à micropolítica das comunidades escravas, ele demonstra que no final do século XVIII e início do XIX os escravos no Caribe sabiam o que se passava na política inglesa e tentavam tirar proveito disso a partir de suas

próprias lógicas. Carolyn Fick, por sua vez, resgata a importância da tradição da *maroonage* no contexto da resistência escrava nas Américas, em especial no Haiti, argumentando, em contraponto a uma visão cronológica e linear da natureza das lutas dos escravos, sobre um movimento de repercussões e influências mútuas²¹. O que está em questão enfim, como bem formulou Michel-Rolph Trouillot, não é só o modo como escravos e fugitivos entravam em contato com as idéias libertárias, mas também a forma como as redefiniram em suas experiências históricas com dimensões translocais²².

A propósito desse movimento e a partir do contexto de fronteiras coloniais aqui abordado, seria possível então evocar a imagem cunhada por Linebaugh na metáfora dos "bumeranges afro-americanos"²³ entrecruzando limites transnacionais e infundindo temores em senhores e autoridades. Poderíamos assim seguir os diversos circuitos e sentidos das idéias, conexões e experiências históricas desses agentes. Em regiões e contextos diferentes, os escravos perceberam nas conjunturas políticas a possibilidade de conquistar a liberdade, agindo com lógicas próprias a partir dessas percepções.

O "fantasma haitiano" no Brasil escravista

Entre fins do século XVIII e inícios do século XIX o Haiti ocupou para as Américas escravistas um espaço semelhante ao de Cuba após a Revolução de 1959 para a América Latina. Navios vindos de São Domingos com tripulações de negros ali originários assustavam autoridades e fazendeiros, em face da possibilidade de articulação entre a *sedição* e a subversão²⁴. Julius Scott destaca a mobilidade das culturas orais caribenhas por meio de marinheiros que cruzavam os mundos atlânticos²⁵. Além da cultura oral, espalhavam-se livros, jornais e cartas oficiais e privadas. No Caribe inglês da década de 1830 as autoridades manifestavam preocupação sobre como escravos conseguiam ter acesso a informações de documentos oficiais que falavam dos debates parlamentares na Europa, fazendo uso político dessas notícias e rumores conforme os seus interesses.

Também para o Brasil há evidências dessa propagação de idéias e tradições das mobilizações escravas, ou pelo menos dos temores sobre elas. Em meio às repercussões da rebelião no Haiti e da Revolução Francesa, o cientista, escritor e viajante inglês John Barrow, que visitou o Rio de Janeiro em 1792, anotou que o comportamento de submissão dos negros estava mudando em razão do "poder negro" naquele contexto²⁶. Ao analisar nos documentos as influências do Haiti entre os escravos no Brasil, Luiz Mott relata que na Corte, em 1805 — um ano após Jean-Jacques Dessalines, ex-escravo natural da Guiné, proclamar a independência do Haiti —, "o ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros o retrato de Dessalines, imperador dos negros da Ilha de São Domingos". Esses negros "estavam empregados nas tropas da milícia do Rio de Janeiro,

(21) Fick, Carolyn. *The making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990, esp. Parte 1.

(22) Trouillot, Michel-Rolph. *Silencing the past. Power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995, esp. cap. 3.

(23) Linebaugh, op. cit. O autor desenvolve o argumento de que teria havido, por meio da navegação comercial atlântica, um movimento de influência "de ida e volta" entre as experiências das rebeliões e insurreições escravas nas Américas e os motins associados à formação da classe operária inglesa — daí a metáfora dos "bumeranges".

(24) Para uma discussão sobre a idéia de sedição no Brasil colonial, ver: Jancsó, op. cit., pp. 388-394.

(25) Scott, op. cit., pp. 116-117.

(26) Cf. Maxwell, Kenneth R. "The generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian empire". In: Alden, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, pp. 116-117.

onde manobravam habilmente a artilharia". Em 1814, após uma sublevação em Itapoã, Salvador — cruelmente reprimida —, comerciantes denunciavam que "escravos falavam abertamente de suas revoltas, comentando os acontecimentos do Haiti", e gritavam "Liberdade! Viva os negros e seu rei!", "Morte aos brancos e aos mulatos!". Em 1817, em Recife, diria um capitão-de-fragata: "O exemplo da Ilha de São Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente que ele só será bastante para aterrar os proprietários deste continente". No mesmo ano, o comodoro inglês William Bowles, preocupado com os desdobramentos da Revolução Pernambucana, alertaria que aquele processo "poderia resultar na expulsão de todos os brancos deste continente e no estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros"²⁷.

No contexto da independência no Brasil, percepções políticas diversas foram ativadas e os temores relativos ao Haiti retornariam com força total. Segundo João Reis, em meio aos debates políticos em Salvador falava-se da existência de um "partido português", um "brasileiro" e um "partido dos negros e das pessoas de cor", esse último "o mais perigoso", pois "o mais forte numericamente" e cujos partidários viam "com prazer e com esperanças criminosas as dissensões entre os brancos". Tal avaliação era na verdade de um informante francês enviado pela coroa portuguesa entre 1823 e 1824 (os franceses estavam especialmente tarimbados em lidar com levantes da "gente preta" desde que o seu Haiti explodira), o qual se preocupava com panfletos "sediciosos" lidos pelos negros livres: "Os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais?". De outro modo, "se continuam a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: 'liberdade', terrível, e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte". E em tom profético arrematava que os escravos, "quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos". Na mesma ocasião, um credenciado e não menos amedrontado observador, o almirante francês barão Albert Roussin, em estada na Bahia, afirmaria: "Não somente os brasileiros livres e crioulos desejam a independência política, mas mesmo os escravos, nascidos no país ou importados [...], pretendem-se crioulos brasileiros e falam de seus direitos à liberdade"²⁸.

Marcus Carvalho relata que na vila de Laranjeiras, Sergipe, em 1824, apareceram em vários pasquins e em "pedaços de papel grudados com cera de abelha nas portas dos locais mais destacados" as seguintes palavras de ordem: "Vivam mulatos e negros. Morram os marotos e caiados". Outras denúncias davam conta da realização de um jantar de conspiradores e revoltosos no qual teriam sido dadas vivas à "igualdade de sangue e de direitos", com "elogios ao rei de Haiti" e a "São Domingos, a grande São Domingos". Cinco anos mais tarde chegariam denúncias às autoridades provinciais acerca de um plano de revolta dos negros forros e cativos que pretendia "o massacre geral dos brancos e a instituição do horroroso sistema

(27) Mott, Luiz R. B. "A revolução dos negros do Haiti e o Brasil". In: *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988, pp. 14-15. Ver também Verger, Pierre. *Fluxo e refluxo. Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, pp. 334-335.

(28) Reis, João José. "O jogo duro do Dois de Julho: O 'Partido Negro' na Independência da Bahia". In: Reis, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 90-91, 93-94.

da ilha de São Domingos". Em Recife, no mesmo ano, em meio à eclosão da Confederação do Equador e a levantes envolvendo comerciantes e liberais radicais e moderados, a população urbana, incluindo pardos pobres, negros e escravos, manifestou-se ameaçando saquear as lojas de propriedades de portugueses. Nas ruas, cantavam: "Qual eu imito a Cristovam,/ esse imortal haitiano/ Eia! Imitai a seu povo,/ Oh, meu povo soberano!"²⁹.

Na década de 1830, um período de temores e muita repressão aos africanos em virtude da Revolta do Malês, houve denúncias e investigações policiais quanto a "pretos da ilha de São Domingos" que, desembarcando no Rio de Janeiro, foram avistados na rua reunidos "em meio de muitos pretos"³⁰. Em fins de 1836 as investigações rumariam para a freguesia da Candelária: na casa de Miguel Cerigueiro, na rua da Quitanda, estaria hospedado "um tal Emiliano suspeito de haitianismo"³¹. Aqui e acolá, avançando o século XIX, rumores de revoltas e de associações libertárias fariam redespertar o fantasma do "haitianismo". Em 1846 foi preso nas ruas de Recife o pastor negro Agostinho José Pereira, desertor militar que participara da Sabinada. Era acusado de fomentar uma "seita religiosa" e de estar envolvido com o planejamento de uma rebelião, mantendo contatos com outras províncias. Foram encontrados em seu poder alguns escritos em versos que falavam de "liberdade" e explicitamente do Haiti³².

Em 11 de dezembro de 1835 o ministro da Justiça oficiava ao chefe de polícia da Corte recomendando-lhe que procurasse "com todo zelo e cuidado descobrir se algumas sociedades ou indivíduos nacionais ou estrangeiros protegem e promovem o abominável plano de insurreição"³³. Em 1841 o Ministério da Justiça recebia de Londres notícias assustadoras relativas a um "Clube ou Sociedade dos Abolicionistas da Escravidão" que teria enviado dezenas de pretos forros jamaicanos para Cuba, visando propagar idéias de rebelião junto aos escravos³⁴. Em 1848 correram rumores de insurreições escravas em várias províncias, como Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro. O presidente desta última, alertando o ministro da Justiça sobre um possível "plano mais ou menos ramificado entre a escravatura de diferentes lugares", afirmava que "uma tão criminosa combinação, caso exista, pode ser filha ou de inspirações próprias ou de sugestões tramadas por [...] agentes [estrangeiros] dos princípios abolicionistas da escravidão"³⁵. No Grão-Pará, como vimos, recrudesceram as fugas escravas em direção a Caiena em virtude da abolição da escravidão nas colônias francesas, e falava-se em vigilância dos navios que chegavam e em "estrangeiros suspeitos". As autoridades locais diziam que "se teme a cada instante nos venha acontecer o que aconteceu no Haiti"³⁶.

Em fins de novembro de 1850 circularam boatos sobre revoltas de cativos em São João da Barra, no Rio de Janeiro. Às voltas com a repressão ao tráfico negreiro ilegal, as autoridades apuraram que um brigue tentara ali fazer desembarque clandestino de africanos, quando então "escravos se evadiram das casas de seus senhores declarando que vinham para bordo do mesmo vapor por estarem livres, sendo-lhes dada a liberdade pelos ingleses"³⁷. Episódio similar aconteceu na província do Espírito Santo em fins de

(29) Carvalho, Marcus J. M. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-50*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998, pp. 197 ss.

(30) Mott, op. cit., p. 18.

(31) Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 192.

(32) Carvalho, Marcus J. M. "Que crime é ser cismático?" As transgressões de um pastor negro no Recife patriarcal, 1846". *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 36, 1999, pp. 108-109.

(33) Arquivo Nacional (ANR), códice 334, fls. 10v., 11.

(34) Cf. Gomes, Flávio dos S. "Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial". *Revista USP*, n° 38, 1995-96, pp. 40-55.

(35) Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), ofício de 15/03/1848, fundo PP, col. 5, caixa 11a. Nessa mesma documentação há registros de que a Assembléia Legislativa da província, assustada com as denúncias sobre um plano geral de insurreição escrava, teria instituído uma comissão especial para tratar do assunto.

(36) Bezerra Neto, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo. Escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)*. Campinas: dissertação de mestrado em História, Unicamp, 2001, p. 81.

(37) Graden, Dale. "Uma lei... até de segurança pública: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-56)". *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 30, 1996, pp. 113-149.

1851. As autoridades locais, atentas à possibilidade de eclosão de uma insurreição escrava na comarca de São Mateus, advertiam que uma tentativa de revolta tinha se originado da idéia propalada entre os escravos de que "a novíssima lei de repressão ao tráfico os há libertado da escravidão". Supondo que os senhores estariam lhes ocultando isso, procuravam obter a liberdade "por meios violentos e criminosos". As autoridades destacavam que o "boato" da insurreição tinha sido provocado pela negligência dos próprios fazendeiros escravistas da região, pois, "sabendo da repressão do tráfico e invertendo os fatos por falta de percepção, davam como consequência a emancipação da escravatura"³⁸. Em torno do desembarque clandestino de africanos e da repressão em Bananal, na província de São Paulo, comentava-se haver "escravos ladinos conhecedores do português" que, sendo "tão inteligentes", "estavam confundindo as coisas e achavam que tinham os mesmos direitos dos 'africanos novos'"³⁹.

Em 1861 o Ministério do Império era informado de que escravos da vila Anajatuba, província do Maranhão, tinham se declarado livres, pois haveria no porto de São Luís uma embarcação de guerra que os libertaria. O presidente da província esclarecia que a origem daquelas "idéias" era a entrada no porto de "dois vapores de guerra, um dos Estados Unidos da América do Norte e outro dos Estados que se querem constituir em confederação separada"⁴⁰ — ali o fantasma haitiano era substituído pelo da guerra civil americana. As autoridades temiam especialmente que as novas idéias de insurreição chegassem aos quilombos nos municípios próximos, o que aumentaria as proporções de um levante. Em setembro de 1865 o presidente da província informaria ao ministro da Justiça que ali havia "pretos livres que sabem ler sofrivelmente e a quem não são estranhas as idéias que nestes últimos tempos se têm manifestado em favor da emancipação dos escravos". Segundo ele, a província tinha um contingente populacional de escravos bem superior ao da população livre, o que constituía por si só "um perigo permanente". Alertava ainda que as notícias referentes à Guerra do Paraguai estavam provocando insubordinação entre os escravos, havendo acontecido casos de deserções escravas para os mocambos, e que "semelhantes idéias vão se propagando de uma maneira confusa e vaga pela escravatura da capital e do interior", concluindo que "esta pobre gente parece acreditar que a atual guerra tem alguma afinidade com a causa de sua libertação"⁴¹.

Em 1877 houve rumores de uma insurreição escrava na fazenda do Queimado, em Campos, interior do Rio de Janeiro. Investigações policiais apuraram que o líder do plano de revolta era um crioulo alfabetizado de nome Manoel do Sacramento, que adquiria "folhas incendiárias" na cidade próxima e transmitia aos outros escravos as notícias relacionadas às discussões sobre a emancipação do elemento servil. Os cativos teriam ficado impacientes com o que consideravam engodo por parte do fazendeiro, que estaria negando seus "legítimos direitos", e planejado invadir a sede da fazenda quando o senhor estivesse "tomando chá" e exigir-lhe "cartas de liberdade, pois se consideravam livres desde novembro do ano passado e [...] credores de salários desde aquela data". Havia também rumores de que

(38) *Aperj*, ofício do presidente da província do Rio de Janeiro ao ministro da Justiça, 22/11/1850, fundo PP, col. 96, doc. 11. Cf. também documentos do arquivo público do Espírito Santo citados em Almada, Vilma P. F. de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-88*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, pp. 167-169.

(39) Abreu, Martha. "O caso do Bracuhy". In: Castro, Hebe Maria M. de e Schnnor, Eduardo (orgs.). *Resgate. Uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 192.

(40) *ANRJ*, ofício do presidente da província do Maranhão ao ministro da Justiça, 13/12/1861.

(41) Arquivo Público do Maranhão, ofício de 13/09/1865, fundo: Presidência da Província, série: Delegacias/Chefes de Polícia, 1865.

escravos de uma fazenda vizinha, denominada "Saco", "aguardavam o resultado da tentativa da *fazenda*, do Queimado, para então também saírem a campo"⁴².

Esses episódios demonstram que em várias províncias os escravos acompanhavam as discussões e movimentos em torno do final do tráfico negreiro (debates parlamentares, as pressões da Inglaterra com a Questão Christie, a repressão ao tráfico clandestino), e que suas estratégias e decisões de enfrentamento não precisaram inexoravelmente da lógica dos abolicionistas para adquirir uma dimensão política abrangente. Reinterpretando os momentos de crise e turbulência entre senhores, políticos e autoridades, os cativos procuravam tirar proveito de tais situações segundo seus interesses.

Fugas e conexões transatlânticas

Diversas pesquisas apontam que os mundos atlânticos produziram complexas redes de relações entre americanos, africanos e europeus, ressaltando o papel histórico dos "homens do mar" nas sociedades dos séculos XVII a XIX⁴³. Navios que cruzavam o Atlântico carregavam não só mercadorias e produtos diversos — "trabalho cristalizado" —, mas experiências de marinheiros das mais variadas origens, livres ou escravos — "trabalho vivo" —, constituindo espaços sociais de comunicações, de gestação de culturas étnicas, de criação de linguagem e percepções políticas originais⁴⁴. A partir dos navios e dos portos seriam criados outros espaços para o surgimento de mais personagens e idéias transatlânticas.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, localizado na ilha das Cobras, era o centro de triagem de todos os cativos fugitivos apanhados em alto-mar ou na baía de Guanabara. Sua documentação permite vislumbrar a vasta teia de rotas de fugas que se lançavam pela baía, chegando algumas vezes a distantes pontos do mundo atlântico. Nos princípios do século XIX as fugas pelo mar não eram novidade para senhores e autoridades policiais, que se mostravam céticos quanto à possibilidade de dar fim a elas, admitindo a impossibilidade de patrulhar toda a imensa costa, mesmo com as rigorosas visitas da polícia marítima aos navios que adentravam a baía. Volta e meia os anúncios de fuga apelavam para que não fossem admitidos escravos fugitivos como marinheiros ou embarcados, mas a reiteração desses apelos indicava que os mestres dos navios não eram muito sensíveis a esses reclamos. Algumas vezes os anunciantes desciam a detalhes reveladores, como no caso de um escravo que teria fugido até Angola, possivelmente num navio negreiro, e voltado ao Rio de Janeiro:

Em 3 de fevereiro do ano findo de 1827 fugiu ao comendador Antônio Alves de Araújo, morador na rua do Lavradio nº 57, um preto de nome Paulo, nação Camundá, vindo de Angola, estatura ordinária, magro,

(42) *Aperj*, ofício do delegado de polícia de Campos ao chefe da polícia da província, 12/05/1877; *Gazeta de Campos*, 19/01/1877, apud Oscar, João. *Escravidão e engenhos: Campos, Macaé, São João da Barra e São Fidélis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985, p. 74.

(43) Sobre o âmbito do Brasil escravista destacam-se os trabalhos de Jaime Rodrigues ("Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil — sécs. XVIII-XIX". *Revista Brasileira de História*, nº 38, 1999; *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil — 1800-1850*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2001; *De costa a costa: escravos e tripulantes no tráfico negreiro — Angola-Rio de Janeiro, 1780-1860*. Campinas: tese de doutorado, IFCH-Unicamp, 2000, esp. cap. 7) e Luiz Geraldo da Silva (*A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar — sécs. XVII ao XIX*. São Paulo: Papius, 2001, esp. cap. 3).

(44) Para Linebaugh, o "navio permaneceu, talvez, o canal mais importante da comunicação pan-africana antes do surgimento do disco LP" (Linebaugh, Peter. "Réplica" a Sweeny, Robert. "Outras canções de liberdade: uma crítica de 'Todas as montanhas atlânticas estremeram'". *Revista Brasileira de História*, nº 16, 1988, p. 223).

*muito bem feito que parece crioulo até na fala, tem sinal de uma ferida que teve em uma perna, assim como de ter ido ao calabouço. [...] dizem que ele embarcara o ano passado para Angola feito marinheiro, e que já chegou ou está para chegar a esta cidade*⁴⁵.

(45) *Diário do Rio de Janeiro*, 11/06/1828, p. 3.

Em dezembro de 1826 o ministro da Marinha solicitava ao inspetor do Arsenal que agilizasse a entrega de um escravo fugido e ali detido, um crioulo de nome Bento, ao seu senhor, que o reclamava. Esse despacho seria absolutamente rotineiro se o escravo não tivesse sido capturado nas agitadas ruas de Londres do início do século XIX⁴⁶. Outro caso é o de um escravo da Bahia de nome José dos Passos: vindo para o Rio de Janeiro num barco que foi abordado por cruzadores ingleses empenhados na repressão a navios negreiros, foi levado para Serra Leoa e alforriado pelos britânicos, e anos depois terminou chegando ao Rio de Janeiro, onde se tornou ferrador das Reais Cavalariças⁴⁷.

(46) *ANRJ*, XM 798, 30/12/1826.

(47) *ANRJ*, códice 323, fl. 5v, 21/10/1817.

A documentação é farta quanto a rotas de fuga atlânticas de cativos que buscavam um lugar onde a escravidão fosse parte do passado. A propósito, o conhecido Baquaqua, empregado como marinheiro em um navio que transportava café para Nova York, revelou em seu insólito diário: "Tínhamos aprendido que [nos Estados Unidos] não havia escravidão, que era um país livre e que, uma vez ali, nada tínhamos a temer de nossos cruéis senhores e estávamos muito ansiosos para chegar lá". No navio teria aprendido algumas palavras em inglês, a primeira das quais "*free*", e soube "que as pessoas de cor em Nova York eram todas livres"⁴⁸.

(48) "Biografia de Mahommah G. Baquaqua". *Revista Brasileira de História*, nº 16, 1988, pp. 279-281.

Outra rota freqüente mencionada nas fontes do Arsenal era aquela que levava ao Sul, já que as constantes guerras na região do Prata criaram um intenso fluxo de marinheiros e soldados para aquelas paragens. Os escravos fugitivos ocasionalmente se engajavam nos navios de guerra, onde podiam ser mais facilmente confundidos como livres ou até recrutados. Não foram raros os casos de negros que fugiram para assentar praça nas linhas argentinas ou uruguaias e enfrentar tropas imperiais brasileiras. O campo de batalha do Prata era um pólo de contato entre escravos fugitivos e marinheiros estrangeiros, já que muitos ingleses e europeus de outras nacionalidades aderiam à causa dos uruguaiaos como mercenários. Fugitivos e marujos ali aprisionados freqüentemente eram enviados ao Arsenal, mantendo na Corte os laços de camaradagem forjados no campo de batalha. Os repetidos pedidos senhoriais para reaver escravos fugitivos no Uruguai costumavam esbarrar na recalci-trância das autoridades navais, preocupadas com a entrada de escravos no país após a lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico atlântico de escravos. Assim, o arдил escravo muitas vezes era bem-sucedido.

Um dos casos mais surpreendentes envolvendo o Sul foi o de Pedro Preto, escravo alugado pelo mestre da escuna Urânia, que, vinda de Pernambuco, foi capturada por corsários argentinos na altura de Cabo Frio. Na ilha de São Sebastião, litoral de São Paulo, o seu senhor foi deixado com outros tripulantes, enquanto Pedro permaneceu nas mãos dos argentinos. No litoral

de Santa Catarina outro navio brasileiro foi vítima dos corsários, e Pedro novamente muda de barco, junto com outros dez marinheiros "das mais diferentes nações". A sumaca Penha foi outra presa dos portenhos e o africano continuaria sua travessia do Atlântico se não arrebentasse um motim dos prisioneiros, que acabou tomando o controle da sumaca e a levando para Montevideú, onde foram todos aprisionados pelas tropas brasileiras. Chegando à Corte a bordo da fragata Niterói, Pedro Preto ficaria vários meses detido na ilha das Cobras na companhia daqueles companheiros — entre eles marujos negros e mulatos de várias nacionalidades européias — antes de ser requerido por seu senhor⁴⁹.

(49) ANRJ XM 798, 20/03/1827.

Dos navios, marujos e grumetes logo alcançavam vielas, tabernas e depois áreas rurais circunvizinhas. Nas ruas da Corte, marinheiros desordeiros tornaram-se um problema crônico desde meados do século XIX. Em 1838, segundo relato da polícia, cerca de "quarenta marujos de fala inglesa", embriagados, envolveram-se numa grande desordem na rua da Misericórdia e adjacências. Tais foram as repercussões do tumulto que o chefe de polícia da Corte reuniu-se com os cônsules da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Holanda e Áustria para enviar uma petição à Câmara Municipal clamando por um controle efetivo sobre as tabernas e sobretudo as casas de hospedagem para marinheiros, conhecidas como "publicaus", versão aportuguesada das "*public houses*" londrinas⁵⁰.

(50) Cf. Algranti, Leila M. *O feitor ausente: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis: Vozes, 1988; Holloway, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997, pp. 127-128.

Além dos navios, portos, ruas e tabernas adjacentes, o próprio Arsenal de Marinha era um espaço privilegiado de contatos entre marinheiros estrangeiros e escravos. Mais que isso, negros e crioulos acabavam por ver no Arsenal um local de refúgio. Entre finais dos anos 1820 e início da década de 1830 há registros de uma série de casos de africanos escravizados ilegalmente que desembocaram no Arsenal. Em março de 1827, quatro africanos de Cabinda se apresentaram ao inspetor do Arsenal. O líder do grupo, chamado São Paulo, afirmou que ele e seus companheiros Gimbo e Cypriano eram livres e haviam sido presos ilegalmente por um tenente da marinha brasileira, de nome Luís Clemente Pauthier, "quando ali esteve em comissão de serviço deste Império, comandando o brigue Empreendedor", enquanto o quarto elemento do grupo, chamado Tate, era reconhecido pelos outros como escravo legítimo, tendo sido comprado pelo tenente. Ao embarcar para a costa da África em outra missão, Pauthier os deixou com um irmão seu, e quando este morreu os africanos romperam o cativeiro ilegal⁵¹.

(51) ANRJ, XM 798, 02/03/1827.

Em 1840, um africano "boçal" foi encontrado embaixo da ponte do Arsenal de Marinha. Dias depois apresentou-se ao ministro da Marinha o crioulo forro Manuel Pereira Paiva, que fora empregado no Arsenal, dizendo que aquele negro solicitara sua ajuda. O africano foi entregue ao juiz de Órfãos e pouco depois se esclareceu o caso: o africano "boçal", de nome Chico Angola, tinha sido arrematado por um certo José de Albuquerque, mas como este lhe negasse comida e vestuário empreendeu a fuga e, por meio de Manuel Paiva, soube que poderia conseguir abrigo no Arsenal⁵². Em 1848 um pardo enviou um requerimento ao inspetor do Arsenal pedindo proteção contra um indivíduo que se intitulava seu senhor e insistia com o

(52) ANRJ, código 323, f. 82, 03/02/1840.

comandante do Arsenal pela devolução do seu cativo. O pardo, que era grumete em um navio de guerra, declarou em seu requerimento: "Inumeráveis leis protegem e defendem o senhor, porém quem há de defender o infeliz órfão em questão senão o governo?"⁵³.

O Arsenal de Marinha assumia assim papel central na socialização dos escravos e nos intercâmbios entre eles e os "homens do mar". Marujos estrangeiros envolvidos em conflitos em alto-mar ou mesmo em terra eram para lá despachados, e dependendo de seu delito e periculosidade eram submetidos a trabalho forçado na construção de um dique na ilha das Cobras. Compartilhando as agruras de um regime opressivo, marinheiros "turbulentos" e escravos "incorrigíveis" forjavam alianças que podiam ser bastante hábeis para furar o cerco, fazendo do Arsenal uma plataforma para as fugas atlânticas. Mas às vezes nem era preciso fugir para se livrar dos trabalhos forçados: nos tempos de escassez de braços para a Marinha de Guerra o governo recrutava detentos do Arsenal de reconhecida habilidade marítima, perfazendo o círculo vicioso da deserção e do recrutamento.

Segundo os relatos, as fugas de escravos em pequenos barcos pela baía, ou mesmo enfrentando o Atlântico, muitas vezes contavam com a colaboração dos marinheiros. Em terra, os marujos estrangeiros precisavam por sua vez da ajuda de escravos, conhecedores dos becos e vielas, para escapar dos recrutadores de marinhagem ou da polícia, sempre suspeitosa com os "homens do mar". O fator étnico também podia aproximar marinheiros e escravos. Muitos dos marujos registrados nas visitas da polícia do porto aos navios eram pretos ou pardos vindos dos mais distantes países europeus⁵⁴.

A troca de experiências entre homens do mar e cativos pode ter contribuído para o processo maior de uma história atlântica. Em 1817, foram os marinheiros negros de navios espanhóis que levaram para vários portos exemplares do jornal haitiano *Le Telegraph*. Já Demmark Vesey, que liderou uma conspiração escrava norte-americana, tinha navegado pelo Caribe em 1832 e absorvido as experiências libertárias do Haiti. Local também a que escolheu ir Baquaqua na condição de marinheiro, preterindo a Inglaterra⁵⁵. Essas experiências e conexões nos remetem à noção elaborada por Linebaugh e Rediker a partir da metáfora da Hidra, segundo a qual os espaços sociais dos navios, dos portos, da estiva e do seu entorno constituiriam uma "hidrarquia" ou um "Estado marítimo", com indivíduos e movimentos sociais a articular tradições de lutas, mobilizações populares e idéias de liberdade entre os mundos atlânticos⁵⁶.



Fontes diversas e narrativas fragmentadas possibilitam perscrutar as conexões e circulações de idéias e experiências no complexo processo histórico atlântico. Os vetores do ideário abolicionista podiam ser marinheiros, quilombolas em áreas de fronteiras, fugitivos embarcações e mesmo rumo-

(53) *ANRJ*, XM 5, 19/06/1848.

(54) Segundo Linebaugh ("Todas as montanhas atlânticas...", loc. cit., p. 35), no século XVIII cerca de um quarto dos marinheiros da Marinha Real britânica era de origem africana.

(55) Cf. ibidem, p. 43; "Biografia de Mahommah G. Baquaqua", loc. cit.; Scott, op. cit., p. 307.

(56) Linebaugh, Peter e Rediker, Marcus. *The Many-Headed Hydra. Sailors, slaves, commoners, and the hidden history of the revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

res de revoltas e insurreições escravas, como "bumerangues afro-americanos" alcançando várias margens atlânticas e configurando um "Atlântico negro"⁵⁷. O "fantasma haitiano", ao surgir em cenários multifacetados e mobilizando personagens muitas vezes transnacionais, podia assumir significados vários nos diferentes contextos escravistas. As imagens e os sentidos construídos em torno do haitianismo podem ser concebidos conforme as lógicas e desdobramentos do protesto negro contra a dominação e o controle social ou como um movimento mais amplo de expansão das idéias iluministas, envolvendo debates sobre a liberdade e seus protagonistas.

Assim como as cenas aqui abordadas, outras tantas narrativas históricas, sempre fragmentadas, poderão ser conectadas, contribuindo para identificar percepções e formas de agenciamento micropolítico elaboradas em torno das experiências transatlânticas. Mais indícios serão revelados quanto à circulação de idéias, aos contatos pontuais e às percepções sobre conflitos e motins em cidades européias ou no Caribe. Personagens readaptaram-se, idéias foram reinterpretadas e mundos reinventados, num movimento incessante. As fronteiras, os portos, os conveses dos navios e vários pontos do Atlântico foram palco desses diálogos sem ensaios. Novas investigações e abordagens que procurem reconhecer o universo multifacetado das trocas e produções culturais poderão revelar ainda mais as complexas redes que envolveram saberes e idéias de escravos, quilombolas, marinheiros e outros setores sociais do mundo atlântico.

(57) Cf. Gilroy, op. cit. Para uma perspectiva interessante sobre a gestação de um ideário abolicionista transatlântico, ver Azevedo, Célia Maria M. de. "O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro". *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 30, 1996, pp. 151-162.

Recebido para publicação em 12 de dezembro de 2001.

Carlos Eugênio Líbano Soares é professor da Universidade Severino Sombra, de Vassouras. Flávio Gomes é professor do Departamento de História da UFRJ.

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 63, julho 2002
pp. 131-144
